



LGPD E ARQUIVOS PESSOAIS: EM BUSCA DO EQUILÍBRIO ENTRE O DIREITO DE ACESSO E O DE PRIVACIDADE

LGPD AND PERSONAL ARCHIVES: TOWARDS BALANCE BETWEEN THE RIGHT TO INFORMATION AND DATA PRIVACY

Lenora de Beaurepaire da Silva Schwaitzer

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1286-0975>.

E-mail: lenora.schwaitzer@ufes.br

RESUMO

A Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD brasileira, publicada em agosto de 2018 e com vigência a partir de 2020, oferece novos desafios ao tratamento de dados em todas as áreas de atuação do profissional de arquivo, independente do suporte, da fase em que se encontra o documento, da finalidade do tratamento realizado e, inclusive, de sua localização geográfica, já que a LGPD guarda estreita semelhança com o Regulamento Geral de Proteção de dados europeu. Se as ações para equilibrar acesso às informações contidas em documentos arquivísticos de instituições públicas ao mesmo tempo em que se assegura o direito à privacidade e proteção de dados dos indivíduos já trazem impacto para a rotina do profissional da informação, o desafio de equilibrar o direito de acesso à proteção de dados ainda é maior quanto se está a tratar de arquivos pessoais. Para abordar o problema, o presente ensaio, de natureza qualitativa, do tipo bibliográfico e de cunho exploratório, parte do conceito polissêmico de arquivo e reflete sobre as especificidades dos arquivos pessoais. A partir daí o trabalho centra-se na tríade acesso, privacidade e interesse público visando identificar parâmetros e premissas que sirvam como diretrizes para o fazer arquivístico neste segmento específico. Para isso, o trabalho utiliza reflexões como as de Cook (1998), Gomes (1998), Jardim (1998), Camargo (2008, 2009), Green (2011), Carrara (2011), Heymann (2012), Svicero (2013), Mattos e Mendes (2013), Nedel (2015), Campos (2017), Lopes e Rodrigues (2018), Duarte (2019), Bagatini e Guimarães (2019), Schwaitzer (2020) e Silva (2021). Como resultado da análise efetuada, o trabalho identifica pontos críticos a serem observados no tratamento de arquivos pessoais, institucionalizados ou não, com a finalidade de oferecer parâmetros e critérios objetivos que possam auxiliar a instituição custodiadora e o profissional de

196



arquivo a garantir direitos individuais sempre que envolver o tratamento de arquivos pessoais.

Palavras-Chave: Ciência da Informação; Arquivos Pessoais; Acesso; Privacidade

ABSTRACT

The Brazilian General Data Protection Act - LGPD became effective as of september 2020 and offers new challenges to data processing, regardless of the support or the purpose of the treatment or even its geographical location, since the LGPD bears a close resemblance to the European General Data Protection Regulation - GDPR. The challenge of balancing the right to information and the data privacy are even greater when managing personal archives. This qualitative essay is based on work of authors of records and archives literature like Cook (1998), Gomes (1998), Jardim (1998), Camargo (2008, 2009), Green (2011), Carrara (2011), Heymann (2012), Svicero (2013)), Mattos and Mendes (2013), Nedel (2015), Campos (2017), Lopes and Rodrigues (2018), Duarte (2019), Bagatini and Guimarães (2019), Schwaitzer (2020) and Silva (2021). From the concept of archive, this essay presents and discusses issues surrounding balancing the right to access, the data privacy and the public interest and highlights critical issues to be addressed when managing personal archives to help both institution and archivist to enforce and protect individual rights.

Keywords: Information Science. Personal archives. Right to access. Data privacy.

197

Recebido/ Received: 09/09/2022

Aceito/ Accepted: 18/10/2022

Publicado/ Published: 15/11/2022